



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003377-43.2014.8.17.0000 (0331960-0)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: L.M.M. (Criança/Adolescente)

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR: Juiz José Viana Ulisses Filho

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. CONCERTAÇÃO. PORTADOR DE TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO (TDAH). CID 4D: F90. OMISSÃO INEXISTENTE. NATUREZA DE PREQUESTIONAMENTO. DESCABIDA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão exarado nos autos do Mandado de Segurança nº 0331960-0 (fls. 93/94), de lavra da Relatoria do Des. Antenor Cardoso Soares Júnior.
- O embargante fundamenta seu recurso no art. 535, II e seguintes do CPC. Indica como objetivo recursal fins de prequestionamento e suprimento de omissões. Alega que o acórdão embargado não enfrentou a questão de que a vinculação da obrigação ao fornecimento de medicamentos de marcas determinadas é frontalmente contrária aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade (art. 37, caput, da CF/88), e ao disposto no art. 3º da Lei nº 9.787/99.
- Sustenta não haver direito líquido e certo ao recebimento de medicamentos de marcas específicas, restando patente a ofensa ao art. 1º da LMS. Aponta ainda omissão quanto ao art. 5º, da CF/88. Pretende ainda provocar o prequestionamento explícito das questões constitucionais ventiladas na causa. Por derradeiro, defende a necessidade de manifestação expressa acerca dos seguintes dispositivos: art. 5º e 37, caput da CF/88, art. 3º da Lei nº 9.787/99, e arts. 1º e 10 da LMS. Contrarrazões acostadas às fls. 118/124 dos autos.
- PASSO A DECIDIR. Os embargos de declaração possuem contornos processuais delimitados, consoante se infere do art. 535 do CPC. De fato, exige-se, para o seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento. No caso em apreço, não os verifico, não havendo como prosperar o inconformismo.
- O acórdão embargado se encontra fulcrado no pacificado e sumulado entendimento deste Tribunal de Justiça no sentido de que, comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial.
- Assim, o fato de o medicamento em questão não ser dispensado pelo SUS é insuficiente para afastar a responsabilidade dos entes federativos quanto ao seu fornecimento, tendo em vista que, no caso concreto, o laudo médico (fls. 25) atesta a necessidade do uso do medicamento pleiteado, sendo imprescindível levar em consideração a marca especificada pelo profissional qualificado para tanto, eis que deixou evidenciado ter ocorrido melhora no quadro clínico do paciente.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Portanto, as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam a assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão somente a garantir um mínimo existencial.

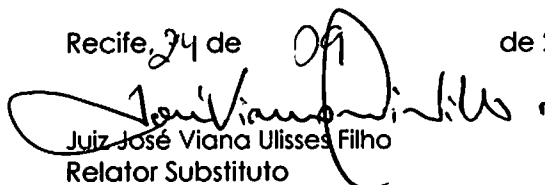
- No mais, é cediço que os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar sequência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166). Por fim, entendo que a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à pretensão do embargante/impetrado, que, inconformado, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.
- Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los.
- Unanimemente, o Grupo conheceu, porém negou provimento aos Embargos Declaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 0331960-0 em que figura como embargante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como embargado L.M.M. (Criança/Adolescente)

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos embargos declaratórios, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de 09 de 2014


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

130

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003377-43.2014.8.17.0000 (0331960-0)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: L.M.M. (Criança/Adolescente)

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR: Juiz José Viana Ulisses Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão exarado nos autos do Mandado de Segurança nº 0331960-0 (fls. 93/94), de lavra da Relatoria do Des. Antenor Cardoso Soares Júnior.

O embargante fundamenta seu recurso no art. 535, II e seguintes do CPC. Indica como objetivo recursal fins de prequestionamento e suprimimento de omissões.

Alega que o acórdão embargado não enfrentou a questão de que a vinculação da obrigação ao fornecimento de medicamentos de marcas determinadas é frontalmente contrária aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade (art. 37, caput, da CF/88), e ao disposto no art. 3º da Lei nº 9.787/99.

Sustenta não haver direito líquido e certo ao recebimento de medicamentos de marcas específicas, restando patente a ofensa ao art. 1º da LMS. Aponta ainda omissão quanto ao art. 5º, da CF/88.

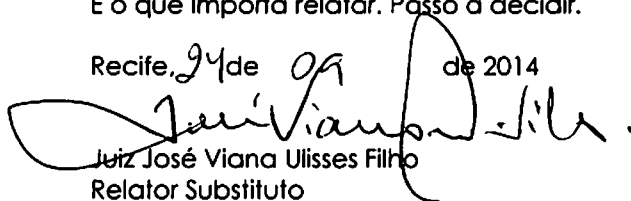
Pretende ainda provocar o prequestionamento explícito das questões constitucionais ventiladas na causa.

Por derradeiro, defende a necessidade de manifestação expressa acerca dos seguintes dispositivos: art. 5º e 37, caput da CF/88, art. 3º da Lei nº 9.787/99, e arts. 1º e 10 da LMS.

Contrarrazões acostadas às fls. 118/124 dos autos.

É o que importa relatar. Passo a decidir.

Recife, 24 de 09 de 2014


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

131

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003377-43.2014.8.17.0000 (0331960-0)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: L.M.M. (Criança/Adolescente)

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR: Juiz José Viana Ulisses Filho

VOTO

Os embargos de declaração possuem contornos processuais delimitados, consoante se infere do art. 535 do CPC. De fato, exige-se, para o seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

No caso em apreço, não os verifico, não havendo como prosperar o inconformismo.

O acórdão embargado se encontra fulcrado no pacificado e sumulado entendimento deste Tribunal de Justiça no sentido de que, comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial.

Assim, o fato de o medicamento em questão não ser dispensado pelo SUS é insuficiente para afastar a responsabilidade dos entes federativos quanto ao seu fornecimento, tendo em vista que, no caso concreto, o laudo médico (fls. 25) atesta a necessidade do uso do medicamento pleiteado, sendo imprescindível levar em consideração a marca especificada pelo profissional qualificado para tanto, eis que deixou evidenciado ter ocorrido melhora no quadro clínico do paciente. Portanto, as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam a assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão somente a garantir um mínimo existencial.

No mais, é cediço que os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar sequência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).

Por fim, entendo que a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à pretensão do embargante/impetrado, que, inconformado, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los.

Recife, 24 de 09 de 2014

Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto